

CAPÍTULO 8 - Organização do STAL

15-Set-2011

CAPÍTULO VIII

Organização do STAL

Â

Secção I

Disposições Gerais

Â

Artigo 58.º

Estrutura

1.ª - A estrutura do STAL, a sua organização e actividade assentam na participação activa e directa dos trabalhadores desde o local de trabalho e desenvolve-se a partir da organização sindical de base.

2.ª - A organização do STAL a nível intermédio assenta nas regiões.

Â

Secção II

Organização Regional

Â

Artigo 59.º

Noção

A Organização Sindical intermédia tem por base as Regiões, cujas áreas coincidam:

a) no território continental, com as áreas dos actuais distritos ou de outras circunscrições administrativas que as venham eventualmente substituir;

b) na região autónoma da Madeira, com a respectiva Região Autónoma;

c) na região autónoma dos Açores,
com as áreas dos antigos distritos de Angra do Heroísmo, Ponta Delgada e Horta.

Â

Artigo 60.º

Ârgãos

Os Ârgãos das Regiões são:

- a) Assembleia Regional (AR);
- b) Conselho Regional de Delegados (CRD);
- c) Mesa da Assembleia Regional (MAR);
- d) Direcção Regional (DR).

Â

Artigo 61.º

Assembleia Regional

1  A Assembleia Regional  o órgão deliberativo máximo para as questões da região e  constituído por todos os associados que exerçam a sua actividade profissional na região e que estejam no pleno gozo dos seus direitos estatutários.

2  Compete  Assembleia Regional:

- a) eleger e destituir a Mesa da Assembleia Regional e os membros por si eleitos para a Direcção Regional;
- b) aprovar o Regulamento do seu funcionamento;
- c) deliberar sobre todas as questões exclusivas da região que lhe forem submetidas por qualquer dos rgãos do STAL ou pelos rgãos da respectiva região.

3  A Assembleia Regional reunir-se obrigatoriamente em sessão ordinária de quatro em quatro anos, para proceder  eleição dos Ârgãos Regionais.

4.ª A Assembleia Regional reunir-se-á em Sessão Extraordinária:

- a) sempre que a Mesa da Assembleia Regional justificadamente o entender necessário;
- b) a solicitação da Direção Regional ou do Conselho Regional de Delegados;
- c) a requerimento de, pelo menos, 10% dos associados no pleno gozo dos seus direitos estatutários.
- d) a requerimento de um terço das Comissões Sindicais.

5.ª Em tudo o mais aplicar-se-á, supletivamente, o disposto nestes Estatutos para a Assembleia Geral e no respectivo regulamento.

Â

Artigo 62.º

Conselho Regional de Delegados

1.ª O Conselho Regional de Delegados é constituído pelos delegados sindicais associados do STAL que exerçam a sua actividade na região.

2.ª O Conselho Regional de Delegados poderá reunir por sectores de actividade ou categorias profissionais para debater assuntos específicos dos trabalhadores de determinados sectores de actividade ou categoria profissional.

3.ª Compete, em especial, ao Conselho Regional de Delegados:

- a) discutir e analisar a situação político-sindical na perspectiva da defesa dos interesses dos trabalhadores;
- b) apreciar a acção sindical desenvolvida, com vista ao seu aperfeiçoamento e coordenação;
- c) dinamizar, em colaboração com a Direção Regional, a execução das deliberações dos órgãos do STAL tomadas democraticamente e de acordo com os Estatutos;
- d) pronunciar-se sobre todas as questões que lhe sejam presentes pelos órgãos Nacionais e Regionais;

e) aprovar o regulamento do seu funcionamento;

f) tomar conhecimento e acompanhar o plano de actividades, orçámento, relatório de actividades e contas da Direcção Regional;

4  As reuniões do Conselho Regional de Delegados são convocadas e presididas pela Comissão Executiva da Direcção Regional.

Â

Artigo 63.º

Mesa da Assembleia Regional

1  A Mesa da Assembleia Regional  constituída por três membros, dos quais um  o Presidente e os outros os Secretários.

2  Nas suas faltas ou impedimentos, o Presidente será substituído por um dos Secretários, a designar entre si.

3  Compete à Mesa da Assembleia Regional:

a) convocar as reuniões da Assembleia Regional de Associados nos termos definidos nos presentes Estatutos;

b) presidir às reuniões da Assembleia Regional, assegurando o seu bom funcionamento;

c) dar posse aos novos membros eleitos pela Assembleia Regional;

d) comunicar aos órgãos competentes qualquer irregularidade de que tenha conhecimento;

e) exercer as atribuições que lhe forem cometidas pelos presentes Estatutos e regulamentos deles decorrentes;

f) redigir as actas de todas as reuniões a que preside;

g) informar os associados das deliberações do órgão a que preside.

Â

Artigo 64.º

Direcção Regional

1 - A Direcção Regional é constituída tomando como referência a área do município em que exercem funções os associados, com base na seguinte fórmula:

Até 50 trabalhadores sindicalizados = 1 membro;

De 50
a 99 trabalhadores sindicalizados = 2 membros;

De 100
a 199 trabalhadores sindicalizados = 3 membros;

De 200
a 499 trabalhadores sindicalizados = 4 membros;

De 500
a 999 trabalhadores sindicalizados = 6 membros;

De 1000
a 1999 trabalhadores sindicalizados = 7 membros;

De 2000
a 4999 trabalhadores sindicalizados = 8 membros;

De 5000
a 9999 trabalhadores sindicalizados = 10 membros;

Com 10000 ou mais trabalhadores sindicalizados = 12 membros.

- A referida fórmula destina-se apenas a apurar o número total dos membros dirigentes da Região, independentemente da entidade a que pertencerem.

- O número de membros das Direcções Regionais não pode ser superior ao acima indicado nem inferior a 50% desse limite máximo.

2 = As Direcções Regionais devem eleger, de entre os seus membros, um Coordenador e um Tesoureiro, bem como os respectivos substitutos nos seus impedimentos.

3 = As Direcções Regionais com 13 ou mais membros devem de entre si eleger uma Comissão Executiva.

4 - Compete à Direcção Regional:

- a) dirigir e coordenar a actividade do STAL na região;
- b) deliberar e propor à Direcção Nacional a declaração de greve na região como forma de luta para questões específicas da região;
- c) requerer a convocação da Assembleia Regional;
- d) convocar o Conselho Regional de Delegados;
- e) propor à Comissão Executiva da Direcção Nacional a admissão, suspensão e demissão dos trabalhadores do STAL na região;
- f) aprovar o regulamento do seu funcionamento, bem como os regulamentos internos necessários à boa organização dos serviços;
- g) definir as funções de cada um dos seus membros;
- h) proceder à nomeação, com carácter de excepção, de delegados sindicais pelo período de seis meses;
- i) aprovar o relatório de actividades e as contas, bem como o plano de actividades e o orçamento, apresentados pela Comissão Executiva da Direcção Regional;
- j) dar parecer sobre o pedido de readmissão de associados no caso de expulsão.

5 - Em tudo o mais aplicar-se-ão as disposições previstas para a Direcção Nacional, com as necessárias adaptações.

À

Artigo
65.º

Comissão
Executiva da Direcção Regional

1 - A Comissão Executiva da Direcção Regional deverá, na sua primeira reunião:

- a) definir as funções de cada um dos seus

membros;

b) aprovar o Regulamento do seu funcionamento;

c) estabelecer a periodicidade das reuniões,
devendo lavrar-se acta de cada reunião.

2 - Compete à Comissão Executiva da Direcção Regional:

a) elaborar e apresentar anualmente à Direcção Regional o relatório de actividades e as contas do ano findo, o plano de actividades e o orçamento para o ano seguinte, dando deles conhecimento ao Conselho Regional de Delegados e remetendo-os à Comissão Executiva da Direcção Nacional nos termos do nº 1 do artigo 74º;

b) administrar e gerir os fundos do STAL relativos à região;

c) dar parecer sobre os pedidos de filiação;

d) promover a constituição da secção sindical quando se encontrarem reunidos os pressupostos para o efeito.

3 - Em tudo o mais aplicar-se-ão as disposições previstas para a Comissão Executiva da Direcção Nacional, com as necessárias adaptações.

À

À

À

Secção III

Organização do Local de Trabalho

À

Artigo 66.º

Secção sindical

1 - A organização do STAL no local de trabalho assenta na Secção Sindical;

2 - A Secção Sindical é constituída pelos associados que exercam a sua actividade profissional num mesmo local de trabalho, caso o seu número o

justifique, ou em vários locais de trabalho.

3.ª A iniciativa da constituição da Secção Sindical incumbe à respectiva Comissão Executiva da Direcção Regional ou aos trabalhadores interessados.

À

Artigo
67.º

Reunião Geral de Associados

(RGA/RGLT/RGE)

1.ª As RGA/RGLT/RGE são constituídas por todos os associados da Secção Sindical.

2.ª Compete às RGA/RGLT/RGE pronunciar-se sobre todas as questões de interesse dos associados que lhes sejam presentes por qualquer dos órgãos do STAL.

3.ª As mesas das RGA/RGLT/RGE são constituídas pela Comissão Sindical.

À

Artigo 68.º

Comissão Sindical

1.ª A Comissão Sindical é constituída pelos Delegados Sindicais do serviço, sector ou local de trabalho ou empresa.

2.ª No caso de o número de Delegados Sindicais que constituem a Comissão Sindical o justificar, esta poderá eleger de entre os seus membros um Secretário.

3.ª Incumbe à Comissão Sindical a coordenação da actividade da secção sindical, de acordo com os princípios definidos nos presentes Estatutos e as deliberações dos órgãos competentes do STAL.

À

Artigo 69.º

Delegados Sindicais

1.ª Os Delegados Sindicais do STAL, eleitos pelos trabalhadores, por maioria simples dos votos expressos, actuam

como elementos de coordenação e dinamização da actividade do sindicato no serviço, sector ou locais de trabalho, e participam nos órgãos do STAL nos termos previstos nos presentes Estatutos.

2  Os Delegados Sindicais exercem a sua actividade nos diversos locais de trabalho ou em determinadas áreas geográficas quando a dispersão de trabalhadores por locais de trabalho o justificar.

3  O número de Delegados Sindicais será, caso a caso, definido de acordo com a legislação aplicável correspondente.

4  São atribuições dos Delegados Sindicais:

a) representar o STAL dentro dos limites dos poderes que lhes são conferidos;

b) estabelecer, manter e desenvolver contacto permanente entre os trabalhadores e o STAL;

c) informar os trabalhadores da actividade sindical, assegurando que as circulares e informações do STAL cheguem a todos os trabalhadores;

d) comunicar aos órgãos do STAL todos os problemas e conflitos de trabalho, bem como as irregularidades praticadas pelos serviços que afectem ou possam vir a afectar qualquer trabalhador, e zelar pelo rigoroso cumprimento das disposições legais, contratuais e regulamentares;

e) dar conhecimento à Comissão Executiva da Direcção Regional dos casos e dos problemas relativos às condições de vida e de trabalho dos trabalhadores;

f) cooperar com a Comissão Executiva da Direcção Regional e com a Direcção Regional no estudo, negociação ou revisão das regulamentações de trabalho;

g) estimular a participação activa dos trabalhadores na vida sindical;

h) incentivar os trabalhadores não filiados no STAL a proceder à sua inscrição;

i) promover a criação da secção sindical onde não exista e a constituição das Comissões Sindicais;

j) colaborar estreitamente com a Comissão Executiva da Direcção Regional e com a Direcção Regional, assegurando a execução das suas deliberações;

k) exercer as demais atribuições que lhes sejam expressamente cometidas pela Comissão Executiva da Direcção Regional e pela Direcção Regional;

l) participar nos órgãos do STAL nos termos estatutariamente previstos;

m) cobrar ou controlar a cobrança e remessa ao STAL da quota sindical;

n) contribuir para a formação profissional e sindical e para a promoção económica, social e cultural dos trabalhadores;

o) cooperar com as demais organizações de trabalhadores existentes no local de trabalho no exercício da sua actividade;

p) comunicar imediatamente à Comissão Executiva da Direcção Regional com conhecimento à Comissão Executiva da Direcção Nacional eventuais mudanças de local de trabalho, de entidade empregadora ou de residência.

5.ª – A forma de eleição e exoneração dos delegados sindicais será definida por regulamento aprovado pela Direcção Nacional, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 45.º.

6.ª – O mandato dos delegados sindicais é de quatro anos, podendo ser reeleitos uma ou mais vezes.

À

Artigo 70.º

Comissão Coordenadora Sindical

1.ª – É constituída por membros das Comissões Sindicais, Delegados Sindicais dos diferentes locais de trabalho de uma mesma entidade no respectivo concelho.

2.ª – Compete-lhe, em articulação com a Direcção Regional e com os restantes órgãos de Direcção, colaborar na condução da actividade sindical de cada município ou entidade.

À

Artigo 71.º

Comissão Inter-Sindical

Sempre que as características do local de

trabalho, serviço ou sector o justifiquem, pode ser constituída uma Comissão Intersindical.

Â

Â

Secção IV

Coordenadora Regional dos Ações

Â

Artigo 72.º

Coordenadora Regional dos Ações

1. A Coordenadora Regional dos Ações é constituída pelos membros da Direcção Nacional do STAL oriundos dos Ações, por um dirigente indicado por cada uma das Direcções Regionais dos Ações e pelo membro da Comissão Permanente do STAL a quem for atribuída a responsabilidade de acompanhar, no âmbito do sindicato, a actividade sindical na Região.

Â

Artigo 73.º

Funções da Coordenadora Regional dos Ações

1. São funções da Coordenadora Regional dos Ações coordenar a actividade sindical e representar o STAL no âmbito da Região Autónoma dos Ações, de acordo com os presentes Estatutos e segundo as orientações dos Órgãos Nacionais.

2. As despesas de funcionamento da Coordenadora Regional dos Ações serão distribuídas da seguinte forma:

â â â â â â â a) â â â As despesas dos dirigentes nacionais serão suportadas pelos Fundos Nacionais.

â â â â â â â b) â â â As despesas dos dirigentes regionais serão suportadas pelas respectivas Direcções Regionais.